



ISSN 1981 - 3031

O PAPEL DO COORDENADOR PEDAGÓGICO COMO ARTICULADOR DO PROCESSO ENSINO E APRENDIZAGEM: REFLEXÕES SOBRE O CONSELHO DE CLASSE

Elisangela Mercado

elisangelamercado@gmail.com

Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

RESUMO:

A escola mantém uma relação dialética com a sociedade. Desvelar e explicitar as contradições subjacentes a essas práticas são alguns dos objetivos do trabalho do coordenador pedagógico. Essa posição afirma que professores, coordenadores e alunos são os responsáveis pelas transformações no processos educativo. O Conselho de Classe torna-se um espaço de adesão, revisão das concepções, diálogo, troca de experiências, respeito à diversidade e melhoria do processo ensino e aprendizagem. A partir desse cenário este estudo responde Como o coordenador pode atuar como articulador da melhoria do processo educativo? O Conselho de Classe, nesse sentido, é um espaço capaz de desencadear um processo de mudança?. Para refletir sobre as implicações do trabalho do coordenador, por meio do Conselho de Classe no processo de melhoria do ensino e da aprendizagem buscou-se subsídios nos estudos de Dalben (1992, 2004 e 2006), Placco e Almeida (2003), Libaneo (2004) e outros. A pesquisa baseou-se na prática exercida em espaços de diálogos e discussões, Conselhos de Classes, realizados em uma escola pública de Maceió. A relevância dessa pesquisa consiste em sensibilizar coordenadores, professores e alunos da importância do Conselho de Classe voltado para a superação das dificuldades de aprendizagem e melhoria da pratica pedagógica torna-se uma desafio da gestão.

Palavras-chave: Coordenação Pedagógica; Conselho de Classe, Prática Pedagógica

Introdução

Atualmente, a escola encontra-se pressionada por novas demandas da sociedade. Sente-se obrigada a repensar e alterar suas práticas pedagógicas. Os elevados índices de evasão e repetência, fatores da exclusão social, tornam-se entraves sérios aos processos de escolarização da população brasileira.

Essa escola, espaço de atuação dos coordenadores, mantém uma forte relação dialética com a sociedade: ao mesmo tempo em que a reproduz, a transforma. As práticas pedagógicas-gestoras desenvolvidas nessa intuição também apresentam-se dialéticas e complexas. Desvelar e explicitar as contradições subjacentes a essas práticas são alguns dos objetivos do trabalho de coordenação, que deve ser planejado na direção da transformação do processo ensino e aprendizagem.

Tal posicionamento nos permite afirmar que professores, coordenadores e alunos são os responsáveis pelos processos de mudança que ocorrem na escola. É necessário que haja espaços de adesão, revisão das concepções, desenvolvimento de novas práticas docentes e mudanças de atitudes dos envolvidos no processo educativo. O Conselho de Classe participativo torna-se, então, o espaço de diálogo, troca de experiências, respeito à diversidade e melhoria do processo ensino e aprendizagem.

As preocupações acima levantadas e a crença de que o coordenador pode ser um agente articulador do processo ensino e aprendizagem leva-nos ao seguinte questionamento: como o coordenador pode atuar como articulador da melhoria do processo educativo? O Conselho de Classe, nesse sentido, é um espaço capaz de desencadear um processo de mudança?

O estudo foi realizado a partir de reflexões da minha prática coordenadora nos espaços de diálogos e discussões oriundos dos conselhos de classes realizados com alunos das séries finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, em uma escola pública estadual de Maceió.

Sensibilizar coordenadores, professores e alunos da importância do Conselho de Classe voltado para a superação das dificuldades de aprendizagem e melhoria da prática pedagógica torna-se um desafio nesse novo modelo de gestão. Faz-se necessário a adoção de uma nova postura e crer que os espaços de diálogos são possibilidades de transformação, ruptura e inovação.

O papel do coordenador como agente de mudanças

O cotidiano do coordenador pedagógico é marcado por experiências e situações que levam a uma atuação desordenada, ansiosa, imediatista e desfocada da sua real função. Nesse contexto, é praxe concebermos o coordenador como a pessoa designada para apagar incêndios, fiscalizar o professor, ser garoto de recado do diretor, tapa buraco e quebra-galhos, “caçador de alunos” pelos corredores da escola e outros. O coordenador é aquele agente de transformação no cotidiano escolar, responsável pela construção e reconstrução da ação pedagógica, com vistas a construção e articulação coletiva do Projeto Político Pedagógico.

Na literatura atual a principal função do coordenador pedagógico é o de mobilizar os diferentes saberes dos profissionais que atuam na escola para levar os alunos ao aprendizado. Essa é a visão que Freire (1982) defende ao descrever que o coordenador pedagógico é, primeiramente, um educador e como tal deve estar atento ao caráter pedagógico das relações de aprendizagem no interior da escola. Ele leva os professores a ressignificarem suas práticas, resgatando a autonomia docente sem, se desconsiderar a importância do trabalho coletivo.

Dessa forma, agindo como um parceiro do professor o coordenador vai transformando a prática pedagógica. Segundo Vasconcellos (2006) essa práxis é composta das dimensões: *reflexiva* ao auxiliar na compreensão dos processos de aprendizagem; *organizativa* ao articular o trabalho dos diversos atores escolares; *conectiva* por possibilitar interrelação entre os professores, gestores, funcionários, pais e alunos; *interventiva* quando modifica algumas práticas arraigadas que não traduzem mais o ideal de escola e por fim, *avaliativa*, ao estabelecer a necessidade de repensar o processo educativo em busca de melhorias.

Para Libaneo (2004), o coordenador pedagógico é aquele que responde pela viabilização, integração e articulação do trabalho pedagógico, estando diretamente relacionado com os professores, alunos e pais. Junto ao corpo docente o coordenador tem como principal atribuição a assistência didática pedagógica, refletindo sobre as

práticas de ensino, auxiliando e construindo novas situações de aprendizagem, capazes de auxiliar os alunos ao longo da sua formação.

Com o corpo discente, o coordenador apóia diretamente os alunos com dificuldades de aprendizagem referentes a leitura, escrita e cálculo, organizando atendimento diferenciado e em contra turno, a partir da identificação das áreas de maior fragilidade e a articulação docente no apoio a superação ou minimização das dificuldades detectadas. Junto aos demais alunos o coordenador deve criar condições necessárias a integração desses à vida escolar, estimulando a participação e a tomada de decisões, mediante a realização e a produção de atividades pedagógica, científicas, sociais e culturais.

Junto aos pais, o coordenador elabora e executa programas e atividades de integração e estreitamento de relações. Esta parceria pode ocorrer tanto de maneira informal acompanhamento do desempenho escolar dos filhos, quanto mais formal, pela participação nos conselhos. A escola deve aprender a partilhar sua responsabilidade com os pais, por isso é de suma importância a presença dos pais em todas as instancias de decisão as escola.

Além dessas atividades, o coordenador pedagógico propõe estudos, discussões e revisão do Projeto Político Pedagógico da unidade escolar, estimula a interrelação entre projetos didáticos e assegura a unidade da ação pedagógica, acompanha o processo avaliativo escolar e institucional e cuida dos aspectos organizacionais do ensino: coordenação de reuniões pedagógicas; elaboração do horário escolar; organização das turmas; distribuição de professores; organização e conservação de material e equipamentos didáticos; planejamento e coordenação do Conselho de Classe. Também é assegurado no âmbito da coordenação pedagógica a articulação entre gestão e organização da escola, mediante o exercício de gestão democrática (participativa, descentralizadora e autônoma).

Segundo Orsolon (2003) algumas atitudes do coordenador são capazes de desencadear mudanças no cotidiano da escola:

- promover um trabalho de coordenação em conexão com a gestão escolar, discutindo que a integração é o caminho para a mudança, por isso o planejamento do trabalho pedagógico deve acontecer de forma participativa e democrática;
- realizar o trabalho pedagógico de forma coletiva, defendendo que a mudança só acontece se todos se unirem em torno de um objetivo único;
- mediar a competência docente, considerando os diferentes saberes, experiências, interesses e o modo de trabalhar dos professores, criando condições para intervenção e auxílio;
- desvelar a sincronicidade do professor e torná-lo reflexivo, criando condições que levem o professor a analisar criticamente os componentes políticos, interrelacionais, sociais, culturais e técnicos de sua atuação;
- investir na formação continuada do professor, de forma reflexiva, problematizadora e investigativa, transformando-a sob a direção do Projeto Político Pedagógico da escola;
- incentivar práticas curriculares inovadoras, propondo aos professores a descoberta de novas práticas, que acompanham o processo de construção e vivência do ato de ensinar e aprender;
- estabelecer parceria com o aluno, incluindo-o no processo de discussão e planejamento do trabalho pedagógico. Criando oportunidades/espços para que os estudantes participem com opiniões, sugestões e avaliações do processo educativo;
- criar oportunidades para o professor compartilhe suas experiências, ao incentivar que o professor se posicione de forma integral e aprendiz em relação a dinâmica da escola;
- procurar atender às necessidades e desejos de todos que compõem a escola, o coordenador precisa estar sintonizado com os contextos social, cultural e

educacional da escola, captando as necessidades e anseios da comunidade escolar;

- estabelecer parcerias, possibilitando a tomada de decisões, o comprometimento de todos no rumo de transformação do contexto educacional;
- propiciar situações desafiadoras, novas propostas de trabalho ou as ações que provoquem a reflexão e o interesse pela mudança.

As ações acima encontram-se relacionadas e entrelaçadas ao apresentarem elementos comuns: o trabalho coletivo, a formação continuada do docente e a criação de um ambiente participativo e democrático. Tais elementos são constitutivos do trabalho da coordenação pedagógica e devem, por sua vez, estar contemplado no Projeto Político Pedagógico e nas demais instâncias colegiadas da escola.

Cabe aos coordenadores planejar, coordenar, gerir, acompanhar, intervir e avaliar todas as atividades pedagógicas e curriculares da escola. Ele é agente responsável pelo direcionamento de suas ações para a transformação da prática pedagógica, isto é, precisa estar consciente da importância do trabalho coletivo, mediante a articulação dos diversos atores escolares. Essa é uma forma de garantir aos professores, gestores, pais, funcionários e alunos a participação e o envolvimento nos novos rumos da escola.

Cabe a eles, também, estimular e criar situações para que se realizem debates amplos e definições sobre a estrutura da escola, seu funcionamento e suas relações com a sociedade. Orsolon (2003) destaca que as mudanças, provocada pelos coordenadores devem ser importantes para toda a comunidade escolar, de maneira que as concordâncias e discordâncias, as resistências e as inovações propostas se constituam num efetivo exercício de democracia que possam transformar a escola. Portanto, a ação do coordenador será a de um agente transformador na medida em que transformar a si mesmo e, por consequência, à realidade de maneira dinâmica, crítica e simultânea produzindo assim a compreensão do fenômeno educativo.



ISSN 1981 - 3031

Ações do coordenador no Conselho de Classe

Um dos espaços mais rico de reflexão/transformação da prática pedagógica e o menos aproveitado nas escolas é o Conselho de Classe. De modo geral, o Conselho de Classe se transformou num espaço de julgamento da vida acadêmica dos alunos, um lugar no qual a avaliação excludente domina e um ambiente de ascendência às críticas improdutivas do sistema escolar. Esta prática de Conselho de Classe tem revelado, ao longo dos anos, o caráter excludente, seletista e onipotente da escola.

A fim de compreendermos melhor porque o Conselho de Classe tornou-se um mecanismo de eliminação e punição na escola, analisaremos de forma breve a origem dos conselhos de classe. Conforme Rocha (1984), o Conselho de Classe, instância privilegiada na organização do trabalho escolar, teve sua origem na França por volta de 1945, com a função de orientar o acesso dos alunos ao ensino clássico ou técnico, conforme a aptidão.

Em 1958, esta concepção foi trazida para o Brasil e aplicada no Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (CAP). Dalben (2006) acredita que a inserção dos conselhos de classe em escolas brasileiras aconteceu em decorrência das ideias propagadas, desde a década de 30, pelos Pioneiros da Educação Nova. Eles se colocava contrário à centralização do poder de decisão e sugeriam uma organização, fundada na observação sistemática e contínua dos alunos, visando oferecer um o ensino que correspondesse aos gostos e aptidões de cada um.

Com a implantação da Lei 5.692/71, o Conselho de Classe passa a se apresentar como colegiado formalmente instituído na escola e, a partir de então, são traçadas as diretrizes de sua operacionalização. Essa lei deu abertura para que os Conselhos de Estaduais de Educação traçassem pareceres e resoluções orientadoras.

A instituição do Conselho de Classe em Alagoas teve como referência a Resolução nº 051/2002 CEB/CEE-AL que estabeleceu para a rede pública estadual o Conselho de Classe como órgão Colegiado obrigatório para todo o Sistema Estadual de Ensino. Ele tem natureza deliberativa e consultiva, que trata de assuntos de natureza

didática e pedagógica de cada classe, com o objetivo de analisar o processo ensino-aprendizagem, o próprio relacionamento professor-aluno e as possibilidades de encaminhamento para cada situação. Há a possibilidade de não só analisar o processo avaliativo, mas também, definir coletivamente pela aprovação ou retenção de alunos ao final do ano letivo.

Conceber o Conselho de Classe como um órgão colegiado em que “vários professores das diversas disciplinas, juntamente com os coordenadores pedagógicos ou mesmo os supervisores e orientadores educacionais, reúnem-se para refletir e avaliar o desempenho pedagógico dos alunos das diversas turmas, séries ou ciclos.” (DALBEN, 2004, p. 31) é entendê-lo como mecanismo de participação direta de todos os profissionais que atuam no processo pedagógico; uma organização interdisciplinar e apresenta como centro do trabalho a avaliação dos alunos.

Em muitas vezes os processos de avaliação utilizados durante o Conselho de Classe desconsideram a riqueza do processo de aprendizagem presente nas áreas de conhecimento, suas metodologias e os mecanismos de avaliação produzidos. O Conselho de Classe, como uma etapa inclusa na prática da avaliação, teve e tem ainda suas bases alicerçadas numa concepção teórica de educação a serviço de uma pedagogia excludente e punitiva. A cultura da avaliação se espalhou pelos corredores da escola saindo das salas de aula e perpassando todos os setores até chegar ao Conselho de Classe que, prestasse apenas a realizar um levantamento dos alunos que serão aprovados e os que serão reprovados. A avaliação escolar de uma forma simbólica encontra-se calcada na cultura da mensuração, legitimada pelos regimentos escolares. Não devemos esquecer que na escola não existe apenas a avaliação como forma de exclusão, mas também, a organização do currículo a dinâmica de trabalho escolar e a relação professor e aluno.

Atualmente, os Conselhos de Classes são vistos como uma reunião de todos os responsáveis pelo sucesso no processo de ensino e aprendizagem, bem como na garantia do direito de aprender. Passam a ser visto “como um espaço capaz de intensificar a

construção de processo democráticos de gestão do Projeto Político Pedagógico da escola”. (DALBEN, 2006, p. 37). Para a autora há algumas características básicas que tornam o Conselho de Classe diferente dos demais órgãos colegiados, no que refere-se ao desenvolvimento do projeto pedagógico da escola, entre elas: a forma de participação direta, efetiva e entrelaçada dos profissionais que atuam no processo pedagógico; a organização interdisciplinar e a importância da avaliação como foco de trabalho do processo de aprendizagem.

O Conselho de Classe é o espaço ideal para uma avaliação diagnóstica da ação pedagógica, feito por professores, alunos, pais, gestores e demais membros da comunidade escolar. Desta forma, o levantamento de notas, as dificuldades em uma determinada matéria e os comportamentos inadequados são temas que devem ser refletidos nos Conselhos de Classe, por serem determinantes no surgimento das dificuldades de aprendizagem. A avaliação diagnóstica, o aconselhamento, o prognóstico, o levantamento de soluções e alternativas, a elaboração de programas de recuperação, apoio, incentivo, a reformulação de objetivos e a preocupação, envolvimento e coleta de evidências de mudanças comportamentais dos alunos são os principais temas que devem ser refletidos e discutidos nas reuniões de um Conselho de Classe.

O Conselho de Classe, então, torna-se um espaço de reflexão pedagógica em que pais, alunos, professores e gestores, situam-se no processo educativo, reorientando a ação pedagógica, a partir das diretrizes esboçadas no Projeto Político Pedagógico da instituição. Uma educação voltada para uma ação-reflexão-ação e para a garantia do direito de aprender entende o Conselho de Classe como participativo, ou seja, como estratégia para uma maior reflexão do processo educacional, abrindo espaços de diálogo entre todos que fazem a comunidade escolar.

Nesse sentido, Lorenzoni (2010, p. 4) defende que “os Conselhos de Classe são importantes estratégias na busca de alternativas para a superação dos problemas pedagógicos, comunitários e administrativos da escola”. A escola deve estar



ISSN 1981 - 3031

comprometida com os reais interesses da população, promovendo o reconhecimento, a valorização e o conhecimento mútuo no compromisso com a aprendizagem, o respeito às diferenças e a igualdade de direitos e de condições, em sumo, à democracia.

A escola que tem um Conselho de Classe participativo representa o engajamento da comunidade na formação de sujeitos críticos e conscientes no enfrentamento dos desafios cotidianos. O ensino resultante da aplicação de Conselhos de Classes participativo contribui para a construção de novos saberes, a transformação da prática pedagógica. É com a participação de todos que a escola pode caminhar para uma melhoria na qualidade social.

Entendendo que o Conselho de Classe permite-nos uma compreensão e uma análise crítica da prática pedagógica através de uma concepção participativa e transformadora faremos a seguir algumas reflexões oriundas da minha prática como coordenadora de turmas de séries finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, numa escola pública de Maceió. A escolha dessa escola ocorreu por ter, em sua maioria, alunos carentes, tanto social como política, cultural e economicamente e, por isso, foi importante ouvirmos os desejos e expectativas da comunidade escolar sobre o processo de ensino e aprendizagem.

A escola deve no seu planejamento e nas ações desenvolvidas, trabalhar a partir e com a realidade do aluno, preparando-o para a vida, à medida que proporciona condições para pensar, refletir, agir, questionar, sugerir e participar ativamente do processo de aprendizagem. Nessa perspectiva, a equipe gestora repensou o Conselho de Classe instituindo a presença de alunos, funcionários, professores e gestores, para tal elaborou o seguinte planejamento:

Proposta de Encaminhamento do Conselho de Classe

ANTES DO CONSELHO

- eleição dos representantes de turmas e do professor orientador;

- orientação às turmas quanto a forma de participação/função no Conselho de Classe;
- reunião de planejamento das ações a serem desenvolvidas pela direção, coordenação pedagógica, professores e alunos representantes.

ETAPAS DO CONSELHO DE CLASSE

1. Sensibilização feita pelos professores:

- leitura de um texto para reflexão.

2. Discussão sobre as decisões do Conselho de Classe anterior: (exceto no 1º Conselho de Classe do ano ou da turma)

- Avaliação das deliberações do Conselho anterior com a cobrança dos compromissos antes firmado

3. Participação dos alunos representantes de cada turma:

- relato dos alunos contendo o levantamento das dificuldades de aprendizagem de cada turma, reivindicações, sugestões e soluções pertinentes;
- apresentação dos problemas de indisciplina, desinteresse, baixa frequência e baixo rendimento, bem como dos casos particulares

4. Discussão sobre o relato dos alunos:

- professores e funcionário se manifestam emitindo parecer;
- direção e/ou coordenação pedagógica encaminha o debate para o levantamento das possíveis soluções;

5. Deliberação acerca dos problemas apresentados:

- propostas e soluções, apresentadas por todos, para os problemas específicos de cada turma e/ou de cada aluno. As soluções são apontadas e apreciadas por todos e delas derivam-se os encaminhamentos a serem seguidos.

6. Avaliação do Conselho de Classe:

- evidenciar os aspectos positivos e negativos;
- apresentar sugestões de melhoria.

Durante as etapas de consolidação e construção de um Conselho de Classe participativo a postura dos alunos nos impressionou, a responsabilidade e a maturidade na discussão dos caminhos e das dificuldades existentes no processo de ensino e aprendizagem. Antes de participar do conselho os alunos representantes das turmas fizeram uma reunião com todos os alunos e explicaram o papel e a responsabilidade que estavam assumindo. Em seguida, junto a estes realizaram um levantamento das dificuldades vivenciadas em cada disciplina: reivindicações, sugestões para o processo educativo, possíveis causas dos problemas de indisciplina, desinteresse, baixa frequência e baixo rendimento.

Os professores e funcionários tiveram mais resistência no começo, pois não conseguiam compreender o porque do Conselho de Classe, que antes se preocupava em conhecer cada aluno, visualizando suas potencialidades e a verificação das aprendizagens realizadas, agora tinha que ser diferente, porque funcionário e alunos precisariam estar presentes? Foi com esse questionamento que a equipe gestora/coordenadora começou a traçar os rumos da mudança. Ao destacar para os demais que o Conselho de Classe teria não só o objetivo de avaliar o rendimento escolar do aluno, mas também o processo ensino e aprendizagem como um todo, desde os conteúdos, a metodologia, a disciplina, a organização e gestão escolar (equipe diretiva, professores, condições de trabalho, material didática e outros). Acreditando que, estes aspectos interferem no processo de aprendizagem a escola precisaria ouvir todos que fazem parte dela.

Nos dias que sucederam o primeiro encontro, cada grupo (alunos, professores, funcionários) discutiu e estudou a importância, a contribuição e a organização de um Conselho de Classe Participativo. Após esse breve estudo foi realizado o primeiro Conselho de Classe. A reunião foi aberta com a leitura de um texto reflexivo, feita pelo professor de Matemática. Em seguida, o grupo comparou a mensagem do texto como início de um novo trabalho, a execução de Conselho de Classe Participativo. A coordenação relatou o porque do Conselho torna-se participativo e democrático,

estimulando a participação e o envolvimento de todos no processo educacional. Ao apontar que a escola é constituída de elementos positivos e aspectos que precisam ser melhorados, destacou-se que todo o processo de ensino e aprendizagem precisa ser revisto e discutido. Nesse momento foi realizado um paralelo entre o processo de aprendizagem dos alunos e a metodologia de ensino utilizada.

Após a apresentação da coordenação, os alunos, personagens principais desse momento único e histórico, apresentaram as dificuldades de aprendizagem existentes em cada disciplina e as reivindicações e sugestões que podem melhorar o processo de ensino e aprendizagem. Em seguida, os professores refletiram acerca do processo de aprendizagem, fazendo uma auto avaliação das condutas e práticas docentes assumidas na escola. Foi discutido o perfil da turma, sugerindo melhorias e ressaltando seus aspectos positivos, fornecendo as informações necessárias e ressaltando os aspectos em que cada aluno precisa melhorar, referentes à aprendizagem, disciplina e estudo, sempre salientando os aspectos positivos de cada educando. E nesse momento, funcionários, gestores, professores e alunos discutiram o papel de cada um, no processo educativo e na superação dos entraves expostos, compreendendo que todos são responsáveis pela definição de novos rumos e na implantação de uma gestão participativa.

A fim de que não houvesse constrangimentos para nenhum dos segmentos da comunidade escolar, os alunos que apresentavam algum tipo de problema de aprendizagem, de relacionamento com professores e colegas, de hábitos e atitudes anti sociais, seriam ouvidos no final ou posteriormente, oportunizando com isso um diálogo mais individualizado.

Após a efetivação do primeiro Conselho de Classe participativo foi feito uma coleta de depoimentos com alguns membros participantes do processo:

Considero esse Conselho de Classe ótimo, pois é um momento de interação entre professores, alunos, coordenação e funcionários. Agora sinto que todos estão envolvidos com a escola. Espero que isso melhore os nossos índices. (Diretor)

Esse conselho é bom promove a participação, envolvendo os alunos, busca melhorar o que não está bem e evidenciar o que está sendo bom.



ISSN 1981 - 3031

Para os alunos é importante porque agora eles se sentem mais interessados. (Professor)

Eu achei muito bom, porque me senti parte da escola e agora sei que posso ajudar os alunos. (Funcionário)

Achamos legal. Todos puderam participar. Pode-se falar sobre o que está bom e ruim na escola. A gente falou das nossas dificuldades e os professores vão nos ajudar, pois estamos aqui para aprender. (Aluno)

Após o primeiro Conselho de Classe, outros encontros foram marcados. No segundo Conselho de Classe será apresentado, no início, os depoimentos citados, para que a comunidade escolar tenham a certeza de que o caminho proposto, pela coordenação, traz mudanças significativas na escola. O coordenador é um grande agente de transformação e formação de espaços participativos e democráticos, que respeitem o direito de aprender e busquem a melhoria da qualidade social.

Considerações finais

Ao longo deste estudo, foi destacado a importância da atuação dos coordenadores pedagógicos na articulação do processo ensino e aprendizagem, rompendo uma visão excludente e seletiva do Conselho de Classe.

A discussão sobre a origem dos Conselhos de Classe permitiu-nos compreender que sua implantação se deu a partir de uma necessidade sentida pela sociedade e por uma reivindicação pedagógica dos professores. Previa-se para os conselhos uma função de cunho pedagógico e auxílio no processo avaliativo, mas ao longo do estudo foi percebido que os Conselhos de Classe são fundantes para a instituição de uma postura participativa e democrática.

O desafio seguinte da escola pesquisada é incluir no Conselho de Classe a participação dos pais, uma vez que estes passam a entender melhor o processo educativo e sentem-se participes dele. É papel do coordenador, buscar entre suas ações, integrar e articular os membros da comunidade escolar. Experiências como estas tem mostrado



ISSN 1981 - 3031

que o caminho para a mudança passa pela coordenação pedagógica, que trabalha em prol da melhoria no processo ensino e aprendizagem.

Referências

CEE/AL. **Resolução nº 51 de 17 de dezembro de 2002**. Disponível em: <http://www.educacao.al.gov.br/servicos/legislacao/resolucoes-conselhos/Disquete%20-%20resolucao%20051-2002.doc/view>. Acesso em 18 ago 2010

DALBEN, Angela I. L. F. **Trabalho escolar e conselho de classe**. Campinas: Papirus, 1992.

_____ **Conselhos de classe e avaliação: perspectivas na gestão pedagógica da escola**. Campinas: Papirus, 2006

_____ **Conselhos de classe e avaliação do projeto-político-pedagógico da escola**. **Revista Presença Pedagógica**, Belo Horizonte, ano X, n. 60, p. 43-53, 2004.

FREIRE, Paulo. Educação: Sonho possível. In: BRANDÃO, Carlos R. (org). **O educador: vida e morte**. 2 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1982

LIBANEO, José C. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5 ed. Revista e ampliada. Goiania: Alternativa, 2004

LORENZONI, Rosilane L. (et al). **Conselho de classe participativo: uma experiência de participação democrática na escola**. Disponível em: www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1974-8.pdf. Acesso em 18 ago 2010

ORSOLON, Luzia A. M. O coordenador/formador como um dos agentes de transformação da/na escola. In: ALMEIDA, Laurinda R.; PLACCO, Vera M. N. S. (Orgs). **O coordenador pedagógico e o espaço de mudança**. São Paulo: Loyola, 2003

PLACCO, Vera M. N. S.; ALMEIDA, Laurinda R. (Orgs) **O coordenador pedagógico e o cotidiano da escola**. São Paulo: Loyola, 2003



ISSN 1981 - 3031

ROCHA, Any D. C. **Conselho de classe:** burocratização ou participação. 2 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1984

VASCONCELLOS, Celso S. **Coordenação do trabalho pedagógico:** do projeto político pedagógico ao cotidiano da sala de aula. 7 ed São Paulo: Libertad, 2006

WERLE, Fabio O. **Conselhos escolares:** implicações na gestão da escola básica. Rio de Janeiro: DP&A, 2003